



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GAROPABA**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO  
CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO IL022/2024  
PROCESSO 013/2024-FMS**

**CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO  
022/2024**

**CONTRATANTE**

Prefeitura Municipal de Garopaba

**OBJETO**

Credenciamento para fornecimento de lentes para óculos de grau e óculos de grau completos, que serão fornecidos aos Munícipes, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

**RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES**

O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de **22/07/2024** das 09h00m às 18h00m.

**ENDEREÇO DE ENTREGA**

Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Garopaba, no endereço Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC – CEP - 88495-000 ou pelo e-mail [licitacoes@garopaba.sc.gov.br](mailto:licitacoes@garopaba.sc.gov.br).

**ESCLARECIMENTOS**

Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para e-mail [licitacoes@garopaba.sc.gov.br](mailto:licitacoes@garopaba.sc.gov.br), ou pelo telefone (48) 3254-8154.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2024 12:19-03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp6697e119a1c60>.  
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.\*\*\*308539\*\* EM 17/07/2024 12:19





# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO IL022/2024 PROCESSO 013/2024-FMS

Torna-se público para o conhecimento dos interessados que o Município de Garopaba por meio do setor de licitações, está realizando CHAMAMENTO PÚBLICO, com utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, com o objetivo de credenciar óticas para fornecimento de lentes para óculos de grau e óculos de grau completos, que serão fornecidos aos Munícipes, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 nos art. 74 inciso IV e art. 79 inciso II, que dispõe sobre o credenciamento.

### 1. DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO

1.1. É objeto do presente Edital é o CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE LENTES PARA ÓCULOS DE GRAU E ÓCULOS DE GRAU COMPLETOS, QUE SERÃO FORNECIDOS AOS MUNÍCIPES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, objetivando o atendimento à população, nas condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3. O credenciamento não tem caráter competitivo, para a distribuição dos serviços a Administração elegerá a seleção do contratado a critério de terceiros, ou seja, quando a seleção do fornecedor do serviço está a cargo não da Administração Pública, mas sim do beneficiário direto da prestação, cabendo ao Poder Público somente credenciar aqueles que atendem aos requisitos previamente fixados, da forma que evidencie o cumprimento dos princípios da isonomia, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da economicidade, do julgamento objetivo e da celeridade a distribuição da demanda.

1.4. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação.

1.5. A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

### 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

neste Edital e seus anexos.

2.2. Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 3 deste Edital.

2.3. Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pelo Município de Garopaba – SC.

2.4. Os documentos exigidos deverão apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação por membro da Comissão de contratação, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e Outros.

2.5. Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de contratação para efeito de comprovação de sua autenticidade.

2.6. Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão sem apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.

2.7. Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.

2.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos

### 3. DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3.1. Deverá ser entregue junto ao Requerimento de Credenciamento os documentos abaixo indicados, nos quais deverá ser observado o prazo de validade e apresentação através de vias originais ou pela internet.

3.2. Em caso de fotocópias, estas deverão estar autenticadas em cartório oficial ou pelo servidor público municipal designado.

#### 3.3. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica ou do empresário;
- b) Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;
- g) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.
- h) Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar solicitações, declarações, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público

### 3.4. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- e) Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- f) Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

h) Alvará de Localização e/ou Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento, em plena validade e compatível com o objeto do certame ou documento/protocolo que comprove a solicitação da entrada na documentação para regularização do Alvará.

### 3.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou com data não superior a 03 (três) meses da data de entrega da solicitação de credenciamento, somente para pessoas jurídicas constituídas há mais de 01 (um) ano.

### 3.6. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Solicitação de Credenciamento e Declarações (Anexo II);

### 4. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados entregarão, mediante recibo, toda a documentação de habilitação prevista no Item 3.

4.2. A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Contratação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo de entrega, que será apostado em cópia da Solicitação de Credenciamento e entregue ao interessado.

4.3. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

4.4. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

### 5. DOS RECURSOS

5.1. O interessado não habilitado, nos termos do item 4.4, poderá interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação da decisão da Comissão de Contratação via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e/ou por publicação do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

5.2. O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido à Comissão de Contratação e protocolado no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Garopaba, no endereço Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC – CEP - 88495-000 ou pelo e-mail [licitacoes@garopaba.sc.gov.br](mailto:licitacoes@garopaba.sc.gov.br).

5.3. O recurso não terá efeito suspensivo.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA**

### **6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

6.1. Após a análise documental, a Comissão de Contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

6.2. O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Prefeito Municipal.

6.3. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, quando então será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

6.4. A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico <https://garopaba.atende.net> e publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

6.5. Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

### **7. DO CONTRATO**

7.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

7.2. A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

7.3. A assinatura do contrato deverá ser exclusivamente através do assinador do GOV BR.

7.4. Os serviços deverão ser realizados no Município de Garopaba – SC, segundo os critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos.

7.5. A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo III deste Edital.

### **8. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO**

8.1. Os serviços prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da Declaração do Anexo II;

8.2. O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores do Anexo I – Termo de Referência.

8.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Garopaba - SC mediante entrega do objeto, no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

8.4. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.5. Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

8.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Município de Garopaba – SC.

8.7. Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

8.8. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

8.9. Havendo atraso no pagamento de suas obrigações o Município de Garopaba – SC, procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

8.10. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde:

R = valor da correção procurada; V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

8.11. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Garopaba – SC.

8.12. Em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores, os órgãos e entidades da administração pública municipal direta, ficam obrigados, a efetuar as retenções na fonte do IR conforme regulamentação Municipal através do Decreto nº 083/2023.

### 9. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

9.1. O Município de Garopaba - SC poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

9.2. Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 30 (trinta) dias serão descredenciados.

9.3. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.4. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5. Na aplicação das penalidades previstas, serão observadas as normas processuais administrativas previstas pelo Decreto Municipal nº 90/2023 de 28 de agosto de 2023.

9.6. Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Contratação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá a autoridade competente para tomada de decisão.

9.7. Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Administração poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

### 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, a qualquer tempo, antes da data de encerramento do período de credenciamento, endereçados à Comissão de Contratação, entregues pessoalmente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Garopaba, no endereço Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC – CEP – 88495-000, das 09h00 às 18h00 ou ainda pelo e-mail [licitacoes@garopaba.sc.gov.br](mailto:licitacoes@garopaba.sc.gov.br).





## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA**

10.2. Caberá à Comissão de Contratação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3. As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

### **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

11.1. As obrigações do Credenciado constam do item 12 do Anexo I – Termo de Referência.

### **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

12.2. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

12.4. Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

12.6. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;

12.7. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

12.8. O Município de Garopaba - SC, através de cada Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

12.9. Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.10. Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

certame não induzirá automática celebração do Contrato, sendo está submetida à habilitação prevista no Item 3 deste Edital.

13.2. Os Credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e sua atualização junto à o Município de Garopaba – SC.

13.3. O Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse da Administração Municipal, nos termos da legislação atinente à matéria.

13.4. O Município de Garopaba - SC poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

13.5. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 14. ANEXOS DO EDITAL

14.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

Garopaba, 10 de julho de 2024.

Junior de Abreu Bento  
Prefeito Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2024 12:19-03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp6697e119a1c60>.  
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.\*\*\*308539\*\* EM 17/07/2024 12:19





# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei.

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...];*

*IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;*

*Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:*

*I - Credenciamento;*

*[...];*

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:*

*I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;*

*Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:*

*I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;*

*Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:*

*I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;*

*II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;*





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

*III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;*

*[...];*

*V – não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.*

1.2. Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas regulamentares pertinentes aos serviços executados, à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – e, ainda, ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

### 2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Credenciamento para fornecimento de lentes para óculos de grau e óculos de grau completos, que serão fornecidos aos Munícipes, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

### 3. JUSTIFICATIVA/FINALIDADE

3.1. Somente serão fornecidas as lentes e óculos aos pacientes que apresentarem prescrição médica fornecida pela oftalmologista do SUS.

3.2. A saúde pública, assegurada pelo artigo 196 da Constituição Federal que cita que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Nesse Contexto, surge a demanda pelo fornecimento de Óculos de Grau que visa auxiliar os munícipes que necessitem.

3.3. A Portaria MS/GM no 957/2008 (consolidada na portaria de Consolidação nº 2) instituiu a Política Nacional de Atenção em Oftalmologia, devendo ser implantada em todas as unidades federadas e a Portaria MS/GM nº 288/2008 e estabelecendo os critérios para credenciamento de unidades de saúde e a conformação das redes Estaduais e Regionais de Atenção em Oftalmologia. A partir do preconizado por esta política, a Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba previu ações para prever os cuidados em saúde ocular dos munícipes.

3.4. Desta forma, o credenciamento que visa a contratação do objeto mencionado, neste sentido, visando atender as demandas municipais, que é imprevisível, a qual é requisitada pelos profissionais técnicos do Município conforme atendimento aos pacientes, e encaminhando para o Serviço Social da Secretaria de Saúde.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

3.5. Um dos principais motivos para o fornecimento dos Óculos de grau é para corrigir problemas de visão, prevenir complicações, melhorar o desempenho e garantir a segurança e aumentar a qualidade de vida dos Munícipes.

3.6. Referente ao fornecimento de Óculos de Grau para o programa da Assistência Social deste Município, através do Fundo Municipal de Saúde, visando priorizar uma melhor condição de vida para a População, há necessidade de adquirir os óculos e lente que são distribuídos gratuitamente a população de baixa renda.

3.7. Convém ressaltar que a cotação de preços foi realizada através de 3 (três) orçamentos com empresas especializadas nos serviços.

3.8. Contudo, a Secretaria de Saúde, para manter a conformidade de suas atividades operacionais, solicita a realização deste Credenciamento, almejando proporcionar suporte às suas equipes, durante todo o período necessário.

3.9. A contratação descrita neste Termo de Referência se justifica pela necessidade de credenciamento de prestadores de serviços terceirizados para atender aos programas da secretaria da saúde, considerando a demanda de pacientes que necessitam de óculos.

### 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes do presente Credenciamento correrão à conta do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, a saber:

Recursos Utilizados	
<b>Código Reduzido:</b>	591 - 2252.33390000000000000000.150010022003
<b>Órgão:</b>	17.001 – Secretaria de Saúde
<b>Unidade:</b>	0010.0302.0009
<b>Ação:</b>	2252 – Manutenção da Média e Alta Complexidade
<b>Vínculo:</b>	150010022003 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
<b>Subelemento:</b>	3299 – Outros Materiais de Distribuição Gratuita

### 5. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. As especificações e os quantitativos dos serviços constam a seguir, com valor unitário definido para cada contratação prevista neste Termo, elaborado com base em empresas especializadas, conforme valores apresentados nas planilhas de cada item deste Termo de Referência.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

Item	Produto - Descrição	Unitário
1	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS) (DE 0,00 A +/- 5,00 CIL.ATÉ -3,00)	R\$ 168,33
2	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS POLICARBONATO) (DE 0,00 A +/- 6,00, CIL.ATÉ -2,00)	R\$ 186,67
3	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, + TRAT. BLUE CUT UV (DE 0,00 A +/- 6,00, CIL.ATÉ -4,00)	R\$ 231,67
4	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, + TRAT. FOTOS. (DE 0,00 A +/-4,00, CIL.ATÉ -4,00)	R\$ 320,00
5	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, ALTO ÍNDICE, (DE ESF.-10,00 A +6,00, CIL. ATÉ -4,00)	R\$ 789,67
6	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, + TRAT. BLUE CUT UV, ALTO ÍNDICE, (DE ESF +6,00 A -8,00, CIL. ATÉ -4,00)	R\$ 693,00
7	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, (LTS SURFAÇADA) (DE +10.00 A -20.00, CIL ATÉ -4,00)	R\$ 1.252,33
8	ÓCULOS COMPLETOS: BIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS)	R\$ 388,00
9	ÓCULOS COMPLETOS: BIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS POLICARBONATO)	R\$ 506,33
10	ÓCULOS COMPLETOS: BIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS) + TRAT. FOTOSENSÍVEL	R\$ 746,33
11	ÓCULOS COMPLETOS: MULTIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS)	R\$ 443,00
12	ÓCULOS COMPLETOS: MULTIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS POLICARBONATO)	R\$ 581,67
13	ÓCULOS COMPLETOS: MULTIFOCAL, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS) + TRAT. FOTOSENSÍVEL	R\$ 887,67
14	ÓCULOS COMPLETOS: MULTIFOCAL, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, (LTS ALTO ÍNDICE), ALTA DIOPTRIA (+/-8,00 A +/- 12,00, CIL ATÉ -4,00)	R\$ 1.214,33
15	LENTE A SEREM FORNECIDAS DE ACORDO COM RECEITA MEDICA	R\$ 20.000,00

5.2. No valor está incluso todos os custos para total execução do objeto, incluindo todos os insumos, impostos e taxas, despesas com transporte e outras despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.





## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA**

### **6. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA ENTREGA DOS PRODUTOS/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. O Credenciado prestará os serviços deste credenciamento em suas dependências e instalações, nos dias e horários normais de funcionamento.

6.2. Os serviços somente deverão ser prestados aos usuários mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde, devendo o usuário apresentar documento de identificação, cartão nacional do SUS e guia de autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.3. Após a realização do serviço objeto deste Credenciamento, o credenciado solicitará ao usuário ou seu representante que ateste a prestação do serviço na própria guia de autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, registrando o atendimento realizado no prontuário eletrônico, cujo software será fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.4. Os produtos devem ser fornecidos de acordo que atendam a necessidade do paciente de acordo com descrições mencionadas no item 5 deste Termo de Referência.

6.5. Os produtos fornecidos devem estar em conformidade com as exigências, modelos de identificação, e formatos estabelecidos pela Secretaria de Saúde.

6.6. Os produtos deverão ser fornecidos :

A) Provisoriamente, a partir da entrega/início dos serviços, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, no período de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento do objeto por servidor da Secretaria solicitante expressamente designado para tal finalidade.

B) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

6.7. A Secretaria competente rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos materiais em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6.8. Os produtos deverão ser fornecidos e executados com reprodução fiel ao solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.9. Eventuais correções ou alterações devem ser providenciadas pela Contratada, a partir da notificação ou devolução do material, sem custos adicionais a Contratante.

6.10. A contratada deverá devolver o material devidamente corrigido no prazo máximo de 24h00mins (vinte e quatro horas) após notificação citada no item 6.9.

6.11. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas para fornecimento, tais como transporte adequado, tributos, etc, bem como contemplar a retirada, quando for o caso de substituição.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

6.12. A Contratada deverá permitir durante todo o processo de execução do serviço, a fiscalização do objeto descrito nesse termo de referência, por profissional designado pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de visita técnica, via e-mail e fotos, a fim de realizar as correções que se tornarem necessárias à perfeita consecução do objeto contratado.

6.13. Os credenciados deverão efetuar a prestação de serviços de confecção dos óculos completos, para o fornecimento aos pacientes atendidos pela Secretaria de Saúde em estabelecimento próprio conforme autorização assinada por servidor devidamente responsável da Secretaria de Saúde.

### 7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Exigir-se-á os seguintes documentos:

- a) Alvará de localização e funcionamento;
- b) Declaração de capacidade técnica instalada para execução dos serviços;
- c) Cartão CNPJ da empresa;
- d) Nome do responsável técnico da empresa;
- e) Declaração do proprietário ou pessoa por este designada (com poderes e vínculo) atestando estar ciente das obrigações e das sanções possíveis, bem como estar atestando capacidade e qualidade técnica para a oferta da demanda apresenta nesta, devidamente assinada e com as qualificações do proprietário.

7.1 Apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de comprovar que a licitante já executou contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

7.2 Os atestados deverão ser apresentados, contendo as seguintes informações do (s) emitente (s): Razão social, endereço, telefone, prazo em que os produtos foram entregues e devidamente assinados pelo responsável pela fiscalização e recebimento.

7.3 O (s) Atestado (s) apresentado (s) poderá (ão) ser diligenciado (s) de acordo com o do art. 64, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

7.4 **Declaração do licitante**, informando que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; em conformidade com o Art. 67 da Lei 14.333/21 e suas Alterações.

7.5. Declaração firmada por seu representante legal de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo ao Edital;

7.6. Declaração firmada por seu representante legal de que não possui vínculo com servidor público, conforme modelo do Anexo ao do Edital;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

7.7. Alvará de localização e ou funcionamento, em plena validade, emitido pelo órgão responsável da sede da licitante;

### 8. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

8.1. A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através de anexo pré-estabelecido para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal, sendo fixados por um período de 12 meses.

8.2. O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

8.3. A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de 12 meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base na Lei nº. 14.133/2021.

8.4. O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

### 9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

9.1. Os serviços serão executados de acordo com cronograma realizado pela Secretaria solicitante, nas seguintes condições:

- a) Os serviços poderão ser solicitados pelo solicitante no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que a fornecedora disponibilize o serviço através de agendamento;
- b) Os atendimentos que não são urgência/emergência poderão ser agendados em até 05 dias úteis posteriores a solicitação da secretaria da saúde;
- c) Os serviços poderão ser executados nos horários das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta;
- d) Os atendimentos que são urgência/emergência deverão ser atendidos em até no máximo 24 horas após a solicitação da secretaria da saúde;
- e) Os serviços deverão ser executados no estabelecimento da CONTRATADA;
- f) Caso seja necessário substituição do local de execução do serviço pela CONTRATADA deverá entregar a solicitação por escrito ao CONTRATANTE, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao atendimento;
- g) A CONTRATADA deverá enviar relatório dos atendimentos todo dia 1º de cada mês subsequente, com carimbo e assinatura da empresa ou responsável, para análise e conferência da Secretaria da Saúde para encaminhamento ao setor de pagamento;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

h) A CONTRATANTE será responsável pelo encaminhamento ao setor responsável de pagamentos a quantidade de atendimentos do mês com respectivo relatório;

9.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos que vinculam o prestador.

9.3. A verificação da conformidade das especificações dos serviços ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida a conformidade quantitativa e qualitativa, os serviços serão recebidos definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do objeto.

9.4. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam o recebimento e utilização adequada do resultado dos serviços, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para o Município de Garopaba – SC, devendo prestador reexecutá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da reexecução.

9.5. Caso atrase na execução dos serviços ou se recuse a realizar a reexecução, o prestador estará sujeito a sanções administrativas, sendo que a reexecução dos serviços passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira execução.

9.6. O Município de Garopaba – SC reserva-se ao direito de impugnar os serviços executados, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência.

9.7. Na execução dos serviços, somente será permitido o emprego de profissionais capacitados, não se admitindo, sob qualquer hipótese, serviço parcial, incompleto, defeituoso e/ou fora do padrão esperado.

### 10. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba exercerá o acompanhamento dos serviços através de técnicos devidamente designados pela Secretaria de Saúde, sem reduzir nem excluir a responsabilidade do CREDENCIADO.

10.2. Fica reservado ao Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos ou omissos, não previstos, no Credenciamento, no Edital, nas leis e demais normas, e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com o fornecimento em questão.

10.3. Compete especificamente à Secretaria de Saúde esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pelo CREDENCIADO.

10.4. Os produtos constantes neste Termo de referência será fiscalizado por servidor ou comissão de servidores designados pela Secretaria de Saúde, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, denominados “Fiscalização”, que terá autoridade para exercer, em seu





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução do Contrato.

10.5. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde, neste ato representada pela Sra. Maria Luiza Adelino Monteiro, matrícula nº 10249 emitida pela **Secretaria Municipal de Saúde**, devidamente designada para esse fim, permitida a assistência de terceiros, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

10.6. – Ao Fiscal do contrato compete, entre outras atribuições:

- a) – Solicitar ao Prestador e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) – Acompanhar a entrega dos produtos e atestar seu recebimento parcial ou definitivo;
- c) – Encaminhar os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas ao prestador, bem como os referentes a pagamento;
- d) – Zelar pelo efetivo cumprimento e execução das obrigações assumidas e pela qualidade dos produtos entregues.
- e) - Acompanhar, fiscalizar e atestar os produtos e serviços entregues, bem como indicar as eventuais glosas das faturas e providenciar, quando for o caso, o recibo ou termo circunstanciado necessário ao recebimento do objeto do contrato e enviar ao Gestor do Contrato o mesmo enviar para o pagamento, conforme definido no edital deste Credenciamento.
- f) - Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;
- g) - Controlar o saldo do empenho em função do valor da fatura, de modo a possibilitar reforço de novos valores ou anulações parciais, sempre de acordo com o cronograma de compra;
- h) - Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;
- i) - Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto do Contrato, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;
- j) - Formalizar, sempre, os entendimentos com o Prestador ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;
- k) - Manter o controle nominal dos empregados do Prestador, vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento;





## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA**

**l)** - Avaliar constantemente a qualidade da execução do objeto deste Credenciamento, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar o fornecimento;

**m)** - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

10.7. – O servidor designado Fiscal do Contrato deverá manter cópia dos seguintes documentos, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pelo Prestador:

- a)** termo do Contrato;
- b)** todos os aditivos, se existentes;
- c)** edital da licitação;
- d)** especificação técnica, termo de referência;
- e)** proposta do Prestador;
- f)** relação de faturas recebidas e pagas;
- g)** toda correspondência com o Prestador.

10.8. – O Fiscal do Contrato, quando da proximidade do encerramento da vigência do Credenciamento deverá consultar a Secretaria de Saúde responsável pela demanda da contratação, manifestar-se sobre a permanência da necessidade da Administração em fazer um no processo licitatório, bem como de seu interesse na prorrogação da vigência contratual.

10.9. – Após essa manifestação, o Fiscal do Contrato deverá elaborar uma nota técnica informando sobre a qualidade dos produtos fornecidos e eventuais ocorrências porventura existentes que será encaminhada à Área de Acompanhamento, unidade da estrutura organizacional da Secretaria de Saúde, responsável pelo Controle dos Contratos para continuidade nos trâmites, observando-se os prazos.

10.10. – Cumpre também ao Fiscal do Contrato, além da conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias contratuais, quando for o caso, informar à Secretaria de Saúde pelos procedimentos licitatórios e contratações, o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades.

10.11. – A ação de Fiscalização não exonera o Prestador de suas responsabilidades contratuais.

## **11. – DA GESTÃO DO CONTRATO**





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

11.1. A gestão do presente Credenciamento será realizada por servidor designado pela **Secretaria Municipal de Saúde**, GESTORA Sra. Maria Cristina Moretto Albino, portadora da Matrícula nº 10486, conforme previstos na Lei nº 14.133/21.

11.2. Ao Gestor compete, entre outras atribuições:

- a) Zelar pela observância dos termos constantes do edital, Termo de Referência, bem como do Contrato ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos serviços/produtos e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;
- b) Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- c) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo do Contrato;
- d) Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- e) Comunicar e justificar formalmente à unidade demandante quando da necessidade de:
  - e.1) alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo restante do Contrato será insuficiente para atender as expectativas de utilização;
  - e.2) cancelamento/rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e
  - e.3) abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término da vigência do Credenciamento, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- f) Comunicar à unidade de acompanhamento, com a anuência da unidade demandante, e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do Contrato, da necessidade de prorrogação contratual, quando legalmente prevista, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- g) Submeter à unidade de acompanhamento, para as providências cabíveis, pleitos do Prestador, referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- h) Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica dos Prestadores, e submetê-lo à unidade de acompanhamento com vistas à expedição dos respectivos atestados ou instrumentos correlatos;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

- i)** Notificar formalmente o Prestador quando forem constatados inadimplementos do Contrato, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- j)** Submeter os casos de inadimplementos do Contrato à unidade de acompanhamento, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificado, o Prestador não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto do Contrato;
- k)** Coordenar pesquisas mercadológicas, a serem executadas pelo Fiscal do Contrato, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos da contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade de acompanhamento por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros e/ou abertura de novos procedimentos licitatórios;
- l)** Encaminhar para conhecimento e providências da unidade demandantes questões relevantes que, por motivos técnicos ou legais justificáveis, não puder solucionar;
- m)** Formalizar todo e qualquer entendimento com o Prestador ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;
- n)** Possuir obrigatoriamente, conhecimentos sobre o objeto do Contrato, para acompanhar a execução dos contratos e de outros instrumentos hábeis e promover as medidas necessárias ao alcance do seu objeto e no interesse da Administração; e

11.3 – A solicitação de que trata a “alínea k” deste item deverá ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, quando não se tratar do caso previsto no parágrafo seguinte.

11.4 – Sempre que a antecedência mínima estipulada na “alínea f” deste item não puder ser atendida, o Gestor do Contrato deverá justificar o atraso e providenciar a pesquisa mercadológica de que trata a “alínea k”, em tempo hábil, sob pena de responsabilização a quem der causa.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. Entregar os produtos contratados com características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração;

12.2. Entregar os itens conforme quantitativos e especificações do item 05 deste Termo de Referência.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA**

12.3. Reparar, corrigir, remover, trocar, substituir, no prazo estabelecido, às suas despesas, os produtos que não atenderem aos mencionados no item 05 assim como aqueles que se verificarem vícios.

12.4. Entregar os produtos no prazo e local estabelecido pela Secretaria Municipal Saúde.

12.5. Cumprir rigorosamente o Edital e os prazos estabelecidos, sujeitando-se à Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações;

12.6. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;

12.7. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 03 (três) dias a contar do recebimento da comunicação para esse fim específico;

12.8. Comunicar à Prefeitura Municipal de Garopaba, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

12.9. Manter informada a Prefeitura de Garopaba quanto a mudanças de endereço, telefones, fax e e-mail de seu estabelecimento;

12.10. Atender com prontidão as reclamações por parte do Contratante, quanto ao objeto da presente licitação;

12.11. Fica a Contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.12. A Contratada deverá manter as condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza sine para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza;

12.13. Cumprir fielmente o objeto do presente instrumento, seguindo a legislação vigente, inclusive as Instruções Normativas dos órgãos de fiscalização;

12.14. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21;

12.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1. Relacionar-se com a Contratada exclusivamente com pessoa por ela credenciada;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

13.2. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;

13.3. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, após o cumprimento integral das obrigações e formalidades legais.

13.4. Anotar em registro próprio e notificar à Contratada por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições na entrega dos produtos, fixando prazo para a sua correção;

13.5. Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para fornecimento dos produtos e demais informações que esta venha a solicitar para o bom desempenho dos fornecimentos dos produtos ora contratados;

13.6. Informar à Contratada nome e telefone do gestor do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

### 14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento à Contratada será efetuado mediante entrega do objeto, no prazo de 30 (trinta) dias contados da protocolização da Nota Fiscal com o devido ateste do recebimento do objeto.

14.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente conferidas e certificada por servidor público responsável.

14.3. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à Contratada para as correções necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas de vencimento, não respondendo o Município por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

14.5. Para facilitar a realização dos pagamentos, deverá ser especificado no corpo da Nota Fiscal o número do respectivo empenho e os dados bancários da Contratada.

### 15. DA DOCUMENTAÇÃO

15.1. A Nota Fiscal comumente apresentada pelos fornecedores chama-se Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, o qual deverá vir necessariamente, acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica.

15.2. Deverão ser encaminhados juntamente com o DANFE, os seguintes documentos: Nota Fiscal Eletrônica e as Certidões de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista). A falta de um desses documentos impossibilitará a realização dos pagamentos.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

### 16. SANÇÕES E PENALIDADES

16.1. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Lei Federal nº 14.133/21, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

16.2. Para a aplicação das penalidades previstas será levado em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, por força do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme discriminado a seguir:

a) Advertência escrita, com o intuito de registrar o comportamento inadequado da Licitante e/ou Contratada, sendo cabível apenas em falhas leves que não acarretem prejuízos graves ao Município.

b) A inexecução total ou parcial do contrato, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a Contratada à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos aos seguintes limites máximos:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, se prevista, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b.2) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do produto, aplicado sobre o valor do produto em questão;

b.3) 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, após o trigésimo dia de atraso na entrega do produto, aplicado sobre o valor do produto em questão;

c) A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

d) A multa, aplicada após regular processo administrativo.

e) A Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à Contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

f) As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.4. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco)





## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA**

anos, os que incorrerem nos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

16.6. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21.

16.7. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

16.8. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

16.9. Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de 5 (cinco) cinco dias úteis, apresenta defesa.

16.9.1. Recebida a defesa, a Autoridade Competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

### **17. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

17.1. A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 139 e 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações posteriores.

### **18. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

18.1. Toda e qualquer informação quanto à execução do objeto, após formalização do Contrato, deverá ser dirigida ao Setor de Licitação, por meio de documento a ser entregue e protocolado.

Garopaba, 14 de junho 2024.

Caroline Pacheco Pedro  
Secretária de Saúde





# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

## ANEXO II SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

Ao Setor de Licitações do Município de Garopaba – SC:

DADOS CADASTRAIS		
Nome empresarial:		
Nome empresarial:	Cidade:	UF:
Telefone:	Celular:	E-mail:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
CNPJ:	Inscrição Estadual (se houver):	

A (Empresa), conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu CREDENCIAMENTO para prestação de serviços conforme lista de serviços do item 5 do Termo de Referência).

DECLARA, para os devidos fins:

- 1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;
- 2) QUE não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista;
- 3) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento IL nº 022/2024, acatando-as em sua totalidade;
- 5) QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;
- 6) QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;
- 7) QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados na Tabela de Valores prevista no Anexo I – Termo de Referência;
- 8) QUE dispõe ou disporá, quando da convocação, de local e EPIs - Equipamento de Proteção Individual, demais equipamentos e materiais apropriados para a execução dos



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

serviços e que os manterá em condições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis aos serviços.

Local e data.

Nome, identificação e assinatura do interessado

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2024 12:19 - 03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6697e119a1c60>.  
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.\*\*\*308539\*\* EM 17/07/2024 12:19





# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

## ANEXO III MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO  
(A) .....  
E .....

O Município de Garopaba – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº..... com sede na Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC – CEP - 88495-000, neste ato representado(a) pelo(a) seu Prefeito Municipal Sr. Junior de Abreu Bento, doravante denominado CREDENCIANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CREDENCIADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxx/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação Chamamento Público/Credenciamento nº xxx/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. Pelo presente instrumento, tem por objeto credenciar empresas especializadas para fornecimento de lentes para óculos de grau e óculos de grau completos, que serão fornecidos aos Municípios, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

### 2. CLÁUSULA II - DO AMPARO LEGAL

2.1. A presente contratação está fundamentada no inciso IV do art. 74 e art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2. A lavratura do presente instrumento decorre de Edital de Chamamento Público/Credenciamento nº 022/2024, Processo Administrativo nº013/2024-FMS.

2.3. Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas do Edital de Chamamento Público/Credenciamento nº 022/2024, bem como seus Anexos.

### 3. CLÁUSULA III – DO REGIME DE FORNECIMENTO

3.1. O presente contrato tem como regime de execução a empreitada por preços unitários, com pagamento mensal, nos termos do Edital de regência.

3.2. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

3.3. Os serviços deverão ser solicitados pelo solicitante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

3.4. Após a solicitação, o Credenciado terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para dar início à execução dos serviços.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

3.5. Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, nos locais indicados pela Secretaria solicitante.

### 4. CLÁUSULA IV – DO VALOR DE CADA ITEM DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Na Tabela abaixo estão previstas as descrições e valores unitários de cada serviço a ser realizado pelo Credenciado, conforme demanda:

Item	Produto - Descrição	Unitário
1	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS) (DE 0,00 A +/- 5,00 CIL.ATÉ -3,00)	R\$ 168,33
2	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS POLICARBONATO) (DE 0,00 A +/- 6,00, CIL.ATÉ -2,00)	R\$ 186,67
3	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, + TRAT. BLUE CUT UV (DE 0,00 A +/- 6,00, CIL.ATÉ -4,00)	R\$ 231,67
4	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, + TRAT. FOTOS. (DE 0,00 A +/-4,00, CIL.ATÉ -4,00)	R\$ 320,00
5	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, ALTO ÍNDICE, (DE ESF.-10,00 A +6,00, CIL. ATÉ -4,00)	R\$ 789,67
6	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, + TRAT. BLUE CUT UV, ALTO ÍNDICE, (DE ESF +6,00 A -8,00, CIL. ATÉ -4,00)	R\$ 693,00
7	ÓCULOS COMPLETOS: VISÃO SIMPLES, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, (LTS SURFAÇADA) (DE +10.00 A -20.00, CIL ATÉ -4,00)	R\$ 1.252,33
8	ÓCULOS COMPLETOS: BIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS)	R\$ 388,00
9	ÓCULOS COMPLETOS: BIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS POLICARBONATO)	R\$ 506,33
10	ÓCULOS COMPLETOS: BIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS) + TRAT. FOTOSSENSÍVEL	R\$ 746,33
11	ÓCULOS COMPLETOS: MULTIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS)	R\$ 443,00
12	ÓCULOS COMPLETOS: MULTIFOCAIS, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS POLICARBONATO)	R\$ 581,67
13	ÓCULOS COMPLETOS: MULTIFOCAL, COM OU SEM ANTIRREFLEXO (LTS ORGÂNICAS) + TRAT. FOTOSSENSÍVEL	R\$ 887,67
14	ÓCULOS COMPLETOS: MULTIFOCAL, COM OU SEM ANTIRREFLEXO, (LTS ALTO ÍNDICE), ALTA DIOPTRIA (+/-8,00 A +/- 12,00, CIL ATÉ -4,00)	R\$ 1.214,33





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

15	LENTES A SEREM FORNECIDAS DE ACORDO COM RECEITA MEDICA	R\$ 20.000,00
----	--	---------------

4.2. O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

4.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Garopaba - SC mediante entrega do objeto, no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

4.4. Os serviços serão solicitados por meio de Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente.

4.5. Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.6. É encargo do Credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Credenciante.

4.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Credenciado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Credenciante.

4.8. O Credenciado deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua regularidade fiscal e trabalhista, condição sem a qual não será possível o pagamento da Nota Fiscal apresentada.

4.9. Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

4.10. Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria solicitante, por servidor designado como fiscal pela Credenciante.

4.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Município de Garopaba - SC, entre o término do prazo referido no item 8.3 e a data do efetivo pagamento da Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;





## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA**

### **5. CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA**

5.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do 105 da Lei Federal 14.133/2021. 6.

### **6. CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **6.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

6.1.2. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

6.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

6.1.4. Informar, a cada Autorização de Fornecimento, as quantidades, dias, horários e demais informações necessárias à prestação dos serviços.

6.1.5. Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

6.1.6. Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

6.1.7. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada pagamento;

6.1.8. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

6.1.9. A Prefeitura Municipal de Garopaba, através da Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

6.1.10. Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.11. Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

#### **6.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

6.2.1. Indicar, se for o caso, um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Credenciante;

6.2.2. Executar os serviços conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;

6.2.3. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura Municipal de Garopaba, referentes às condições firmadas neste contrato e no Termo de Referência;

6.2.4. Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria solicitante, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

6.2.5. Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas do momento do credenciamento;

6.2.6. Manter EPIs, materiais e equipamentos adequados para a prestação dos serviços;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

- 6.2.7. Observar as normas e regulamentos relacionados com a prestação dos serviços;
- 6.2.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.2.9. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- 6.2.10. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Garopaba e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 6.2.11. Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com manutenção e reparo de materiais e equipamentos próprios, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na prestação dos serviços, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome do Município de Garopaba;
- 6.2.12. Comunicar à o Município de Garopaba, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.2.13. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização do Município de Garopaba;
- 6.2.14. Prestar esclarecimentos à o Município de Garopaba sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 6.2.15. Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;
- 6.2.16. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Garopaba - SC, cujas reclamações se obriga a atender;
- 6.2.17. Qualquer dano causado ao patrimônio do Município de Garopaba decorrente de culpa e/ou dolo do Credenciado ou de qualquer de seus empregados e prepostos, na execução dos serviços, será ressarcido pelo Credenciado, que será responsabilizado pelo ônus resultante de suas ações e omissões, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e ligadas ao cumprimento deste contrato.

### 7. CLAUSULA VII – DAS SANÇÕES

7.1. O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A sanção prevista na letra “a” do item 7.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.5. A sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.1 deste contrato, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

7.6. A sanção prevista na letra “c” do item 7.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7. A sanção prevista na “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 7.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 7.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

7.8. A sanção estabelecida na letra “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

7.9. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 7.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) deste contrato.

7.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.11. A aplicação das sanções previstas no item 7.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.12. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.13. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 7.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.15. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.16. As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

7.17. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

### 8. CLÁUSULA VIII – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.2. Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 9. CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS

9.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

### 10. CLÁUSULA X – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1. O Credenciado deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

### 11. CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 12. CLAUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela secretaria competente.

### 13. CLAUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º

14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### 14. CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o Credenciado somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Credenciante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Credenciante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Recursos Utilizados	
<b>Código Reduzido:</b>	591 - 2252.333900000000000000000000.150010022003
<b>Órgão:</b>	17.001 – Secretaria de Saúde
<b>Unidade:</b>	0010.0302.0009
<b>Ação:</b>	2252 – Manutenção da Média e Alta Complexidade
<b>Vínculo:</b>	150010022003 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
<b>Subelemento:</b>	3299 – Outros Materiais de Distribuição Gratuita





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba/SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Garopaba, ....de ..... de 2024

Junior de Abreu Bento  
Prefeito Municipal  
CREDENCIANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CREDENCIADA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/07/2024 12:19-03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p6697e119a1c60>.  
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.\*\*\*308539\*\* EM 17/07/2024 12:19

